



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 22/2012

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 28 de novembro de 2012

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Francisco Augusto Caimoto Amaral, José D'Assunção Pereira Galrito, José Carlos da Palma Pereira e Osvaldo dos Santos Gonçalves, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor Vereador Hugo Barradas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 21/2012, da reunião pública ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2012, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-
dois da Tesouraria (n.º229) respeitante ao dia 27 de novembro, que apresentava
os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2818.551,17 (dois milhões,
oitocentos e dezoito mil, quinhentos e um euros e dezassete cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 2.426.157,56 (dois milhões, quatrocentos e
vinte e seis mil, cento e cinquenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 386.520,92 (trezentos e oitenta e seis
mil quinhentos e vinte euros e noventa e dois cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Senhor Vereador José
Carlos Pereira usou da palavra para fazer referência ao Espetáculo de
Solidariedade “Vamos Ajudar a Beatriz”, que decorreu no passado fim de semana
em Martim Longo, agradecendo a todos aqueles que participaram de forma
voluntária e gratuita, nomeadamente à população em geral, aos funcionários do
Município, empresários locais, GNR, Cruz Vermelha, Inter-Vivos, Gritos
D’Alegria, Centro Paroquial, Centro de Animação Infantil, Rádio Guadiana,
Rádio Gilão, Guadisom, Rujopa Lda., Luis Loução Produções, aos artistas e aos
seus empresários. -----

----- **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2013:**
Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício do ano de
2013. -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira interveio para fazer uma
explicação pormenorizada, referindo que “ *A crise económica que o País
atravessa e a diminuição das receitas condicionaram a execução do orçamento e
das Grandes Opções do Plano para 2013. A alteração na distribuição dos
montantes das transferências do estado (FEF), com o aumento das receitas
correntes e a diminuição das receitas de capital, aliado à diminuição dos fundos
comunitários disponíveis (encerramento do QREN), levaram a que fosse tido em
conta um rigoroso exercício de prioridades de investimentos e rentabilidade de
recursos. Assim, continuando com a política que temos seguido, em termos de
consolidação orçamental e estabilidade financeira, o Orçamento e as Grandes
Opções do Plano prevê: Receita/despesa corrente € 5.922,203 o que corresponde
a 49,8% do orçamento e receita/despesa capital € 5.981,500 correspondente a*

50,2%, sendo um total global de € 11.903.703. Comparando com os últimos dois anos, verificamos que o total global do orçamento tem vindo a diminuir. De 2011 para 2013 diminuiu aproximadamente 16%, ou seja € 2.248,268, em 2012 5,5% (€ 838.008) e para 2013, 10,5% (€ 1.410,260). Quanto ao orçamento de receita prevê-se um aumento da receita corrente de 19% (€ 1.125.812), em relação a 2012, muito por causa do aumento das transferências do estado, provenientes do fundo de equilíbrio financeiro (FEF), já que em termos de receitas próprias, se prevê receber um valor semelhante a 2012, sendo aproximadamente € 780.000.” Referiu ainda que “2013 será mais um ano que se prevê duro para as famílias, contudo, este orçamento reforça o apoio social no apoio económico às famílias carenciadas, na diminuição do IRS em 5% às famílias, na aplicação das taxas mínimas de IMI, no pagamento das refeições escolares a todos os alunos das escolas e infantários, no apoio económico a diversas entidades nas áreas da saúde e ação social, continuando ainda a apoiar as famílias com os serviços essenciais, é um orçamento onde o investimento continua a ser a maior prioridade, continuando também a promover o crescimento económico do município e a melhorar a qualidade de vida das nossas populações, em suma, é um orçamento que não põe em risco a estabilidade financeira, nem hipoteca o investimento futuro do município.” -----

----- O Senhor Vereador José Galrito, interveio referindo que “ mais uma vez, e ao fim de vinte anos, reaparece a questão do lar de Martim Longo, espero que não seja uma manobra política, e que de facto seja possível a sua construção, pois gera emprego e também dará alguma segurança às famílias dos idosos com dificuldades de acompanhamento. Gostaria de fazer uma chamada de atenção, mais uma vez, para a necessidade de olhar mais pelas Juntas de Freguesia, dando-lhes mais capacidade para investir. Porquê uma exigência tão grande? É mais fácil atribuir um subsídio a qualquer associação do que a qualquer junta! A venda da Estalagem também é sempre referida no orçamento, mas sabem que pelo valor que apresentam, é impossível, mas compreendo que à necessidade de equilibrar o orçamento. Terminou a sua intervenção referindo que “ A minha vontade era votar contra o orçamento, contudo vou dar-lhes o benefício da dúvida, pela vontade que demonstram na construção do Lar de Martim Longo, e vou abster-me na votação.” -----

----- O Senhor Vereador José Carlos Pereira usou novamente da palavra referindo que “ relativamente à construção do Lar de Martim Longo, será de

facto, gerador de emprego no concelho. Entretanto as regras mudaram, e neste momento é viável avançar com a sua construção, temos um projeto novo, com mais capacidade de alojamento e menor custo. Relativamente à Estalagem, continua a ser intenção da Câmara vender o imóvel, uma vez que gera receita e ficamos sem encargos para o futuro, sendo essa a razão para estar incluída no orçamento. No que diz respeito às Juntas de Freguesia, temos tido como princípio que, se as verbas definidas em orçamento não são esgotadas, não há necessidade de as aumentar, além de que, nunca ficou obra nenhuma por fazer solicitada pelas Juntas de Freguesia, mas é necessário definir quais as obras que são da competência das Juntas de Freguesia, ou da competência da Câmara Municipal.” -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores José Galrito e Osvaldo Gonçalves, aprovar os referidos documentos e remete-los à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º n.º. 2 da alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – PEDIDO DE ADIANTAMENTO – Ratificação:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, que seja ratificado o despacho de aprovação do Pedido de adiantamento da Empreitada de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, datado de 22/11/2012, no valor de € 51.582,64 (Cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois euros, e sessenta e quatro centavos). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA E.M. 507 – PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO TROÇO CRUZAMENTO DA E.N. 122 A ALCOUTIM – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO – ALTERAÇÃO – ABERTURA DE CONCURSO PARA EMPREITADA:**

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o **Projeto de Execução da EM 507 – Pavimentação e Sinalização do Troço Cruzamento da EN 122 a Alcoutim – Alteração**, nos termos da informação técnica. Proceder à **abertura de concurso público**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a execução da empreitada, sendo o valor base da mesma de € 891.950,96 + IVA e aprovar a constituição do Júri para o concurso, nos seguintes termos: -----

Presidente: Chefe de Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos – Eng.º Henrique Siu Fang Hou. ---

Efetivos: Técnico Superior – Eng.º Paulo de Jesus Fernandes Pereira; Técnico Superior – Eng.º Jorge Filipe Maria da Palma. -----

Suplentes: Técnico Superior – Dr.º Nelson Barão Teixeira Gonçalves; Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Obras Municipais, Particulares e Loteamentos Urbanos – Rosa Maria Dias Gonçalves Lourenço. ----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem fixada no percentual de 0,00% para o ano de 2013. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta e remete-la à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º n.º 2 da alínea e) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM, ALMARGEM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ALGARVE E A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA, DESPORTO E ARTE DOS BALURCOS:**

Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que tem como objetivo a instalação de um espaço de acolhimento em Balurcos, em complementaridade com um conjunto de medidas a definir no referido protocolo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que tem como objetivo promover o ensino de Inglês, aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, no agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim, em conformidade com o disposto no Despacho n.º 14460/2008, 2.ª série, de 15 de maio, alterado na sua redação pelo Despacho n.º 8683/2011 publicado no Diário da República, 2.ª série, de 28 de junho de 2011. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE MARTIM LONGO:**

Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, que tem como objetivo promover o ensino de Atividades Lúdico-Expressivas, aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, no agrupamento de Escolas do Concelho de Alcouthim, em conformidade com o disposto no Despacho n.º 14460/2008, 2.ª série, de 15 de maio, alterado na sua redação pelo Despacho n.º 8683/2011 publicado no Diário da República, 2.ª série, de 28 de junho de 2011. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:**

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovar as despesas de representação, as quais têm sido pagas nos termos da Lei, e que mereceram suspensão de pagamento após a entrada em vigor do referido diploma, e submeter à deliberação da Assembleia Municipal retroagindo os seus efeitos à data da suspensão. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO / REQUERENTE:**

ANÍBAL DOS RAMOS PRADA – Renovação de deliberação: Foi presente uma informação da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto,

referente ao assunto em epígrafe.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a renovação da deliberação anteriormente tomada, e aprovar a desafetação do terreno de domínio público municipal com a área de 32,60 m2 a Aníbal dos Ramos Prada e submeter à deliberação da Assembleia Municipal para apreciação para que possa levar a efeito a alienação pretendida, conforme previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – ADAPTAÇÃO DO PROJETO DO AÇUDE DA VÁRZEA:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do despacho de aprovação do estudo preliminar e de aprovação do projeto de execução, da adaptação do projeto de reconstrução do açude da Várzea, proferido em 25 de setembro de 2012 e 25 de outubro de 2012, respetivamente, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.-

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Técnico Superior, da Câmara Municipal de Alcútem, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário